

AVALIAÇÃO DE ESCOLAS DO ALENTEJO. O QUE DIZEM OS RELATÓRIOS DA AVALIAÇÃO EXTERNA?

Isabel Fialho

Centro de Investigação em Educação e Psicologia, Universidade de Évora
Doutora em Ciências da Educação
ifialho@uevora.pt

Ana Laranjeira

Escola Básica 2, 3 Pedro Nunes – Alcácer do Sal
aclaranjeira@sapo.pt

Anabela Lavado

Escola Básica 2, 3 Pedro Nunes – Alcácer do Sal
belalav@hotmail.com

Zita Paulino

Escola Secundária Públia Hortênsia de Castro - Vila Viçosa
zpaolino@sapo.pt

Resumo

A avaliação constituiu ao longo dos tempos, uma necessidade fundamental no conjunto das actividades da escola. Razões sócio-económicas, político-administrativas, científico-pedagógicas e legais constituem os ingredientes para tornar a avaliação uma exigência eminente. Com efeito a sociedade é cada vez mais exigente perante o Estado, para que este justifique os gastos a nível do sistema educativo. Por outro lado os governos eleitos possuem legitimidade para controlarem o desempenho das escolas. Assiste-se à passagem de uma pedagogia centrada no aluno para uma pedagogia centrada na escola, aparecendo a avaliação da mesma como uma estratégia inovadora para a introdução dos próprios processos de mudança e como instrumento orientador.

O presente trabalho tem como objectivo fazer um estudo comparativo dos relatórios da Avaliação Externa das Escolas, sob responsabilidade da Direcção Regional da Educação do Alentejo, no ano lectivo de 2008/2009. Proceder-se-á então à análise de cada um dos relatórios, elaborando instrumentos síntese da informação, nomeadamente gráficos e tabelas dos resultados obtidos para posterior comparação das escolas entre si.

Pretendemos também comparar os resultados obtidos pelas escolas e agrupamentos do Alentejo, com os resultados alcançados a nível nacional, no mesmo período. É ainda objectivo do trabalho, perceber se existe relação entre os resultados da avaliação obtidos pelas

diferentes escolas/agrupamentos e o Índice de Desenvolvimento Social do concelho onde os mesmos se inserem.

Palavas-chave: avaliação de escolas, índice de desenvolvimento social

Introdução

Segundo Clímaco (2005), a avaliação tem como objectivo compreender todas as variáveis que possam contribuir para explicar as regularidades e irregularidades dos comportamentos do objecto em estudo, resultando daqui um segundo objectivo da avaliação, o de contribuir para o aperfeiçoamento ou progressos dos objectos avaliados.

Clímaco (2005), em *Avaliação de Sistemas em Educação*, referencia a escola como unidade crítica do sistema educativo, sendo o nível onde se podem operar da forma mais significativa, as alterações de qualidade nas aprendizagens dos alunos. A exposição social da escola faz com que esta constitua o nível mais transparente da administração educativa.

Em 2001, o Parlamento Europeu e o Conselho da Europa referem que a melhoria da avaliação da qualidade no ensino deve centrar-se nos próprios estabelecimentos, apontando a auto-avaliação como uma estratégia que permite às escolas melhorarem a qualidade do serviço que prestam. Estes órgãos recomendam ainda que é necessário haver uma articulação entre a avaliação externa e interna.

No ano seguinte, assiste-se à publicação da Lei do Sistema de Avaliação da Educação e do Ensino não Superior – Lei nº 31/2002 de 20 de Dezembro. Segundo esta lei, e de acordo com o disposto no artigo terceiro, são objectivos do sistema de avaliação, entre outros:

- a) Promover a melhoria da qualidade do sistema educativo, da sua organização e dos seus níveis de eficiência e eficácia (...); b) Dotar a administração educativa local, regional e nacional, e a sociedade em geral, de um quadro de informações sobre o funcionamento do sistema educativo, integrando e contextualizando a interpretação dos resultados da avaliação; d) Permitir incentivar as acções e os processos de melhoria da qualidade, do funcionamento e dos resultados das escolas, através de intervenções públicas de reconhecimento e apoio a estas; h) Promover uma cultura de melhoria continuada da organização, do funcionamento e dos resultados do sistema educativo e dos projectos educativos.

Ainda de acordo com a Lei nº 31/2002, “a avaliação estrutura-se com base na auto-avaliação, a realizar em cada escola ou agrupamento de escolas, e na avaliação externa.” Com efeito, segundo Teixeira, Delgado e Sebastião (1996 in Leandro, 2002), tanto a auto-avaliação como a avaliação externa, podem ser encaradas como duas dimensões do processo de avaliação de escolas, complementando-se.

A auto-avaliação deve ser realizada pelos próprios professores e outros elementos da comunidade educativa de cada escola, constituindo uma actividade de auto-regulação que permite construir conhecimento sobre o contexto escolar, tendo por base a história e as principais características da instituição, bem como os problemas que possam ter existido no passado e que condicionam o presente. Contudo, este tipo de avaliação tem grande dificuldade em focar todos os problemas que afectam o funcionamento da escola. Também se torna difícil a existência duma suficiente objectividade na avaliação dos dados obtidos, bem como a existência de pontos de referência externos que ajudem a interpretar as avaliações realizadas (Azevedo, s.d.).

Na opinião de Azevedo (s.d), a avaliação externa é realizada por pessoas e equipas que não pertencem à escola. O desconhecimento da escola e o receio que suscita nos professores, constituem as suas maiores dificuldades. Todavia é uma avaliação mais objectiva, com a possibilidade de os dados poderem ser interpretados à luz dos obtidos em escolas de características semelhantes.

Este autor refere também que, estas duas avaliações deverão ser levadas a cabo em simultâneo, mas independentemente uma da outra, tornando-se assim ferramentas fundamentais e positivas para a mudança e melhoria da escola.

Com a publicação da Lei 30/2002, de 20 de Dezembro e posteriormente o Despacho Conjunto nº 370/2006 de 3 de Maio, assiste-se ao eclodir de iniciativas de avaliação de organizações escolares sendo esta perspectiva explicitada no referido Despacho:

têm sido desenvolvidos nos últimos anos diversos projectos no âmbito da auto-avaliação e da avaliação externa de escolas como Observatório da Qualidade da Escola, o Projecto Qualidade XXI, o Programa de Avaliação Integrada das Escolas, o Modelo de Certificação de Qualidade nas Escolas Profissionais, o Programa AVES - Avaliação de Escolas Secundárias, o Projecto Melhorar a Qualidade ou a aferição da Efectividade da Auto-Avaliação das Escolas. Estes projectos têm permitido acumular um conhecimento e uma experiência que se revelam fundamentais para uma acção consequente nesta matéria.

Em 2006, através do Despacho Conjunto nº 370 de 3 de Maio já referenciado, assiste-se à criação de um grupo de trabalho com as seguintes atribuições:

a) Definir os referenciais para a auto-avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos, básico e secundário, identificando um conjunto de variáveis parâmetros comuns às diversas práticas de auto-avaliação desenvolvidas nos últimos anos e sugerindo outros parâmetros que cada

escola possa escolher, em função dos seus projectos e das suas condições específicas; b) Definir os referenciais para a avaliação externa dos estabelecimentos de educação e ensino, tendo em conta que do processo de avaliação deverão resultar: Classificações claras dos estabelecimentos de educação e ensino.

Este grupo de trabalho desenvolveu a sua actividade em torno da avaliação de escolas, tendo constituído a fase piloto de avaliação externa. De acordo com informação recolhida no sítio da Inspeção-Geral da Educação, a IGE acolheu e deu continuidade ao trabalho desenvolvido, em 2006 por este grupo de trabalho, e tem vindo a realizar em todo o país a avaliação externa de escolas e agrupamentos, desde Fevereiro de 2007.

De acordo com a Inspeção-Geral da Educação os principais objectivos da avaliação externa das escolas são:

Fomentar nas escolas uma interpelação sistemática sobre a qualidade das suas práticas e dos seus resultados; articular os contributos da avaliação externa com a cultura e os dispositivos de auto-avaliação das escolas; reforçar a capacidade das escolas para desenvolverem a sua autonomia; concorrer para a regulação do funcionamento do sistema educativo; contribuir para o melhor conhecimento das escolas e do serviço público de educação, fomentando a participação social na vida das escolas. (IGE, 2009, p.7)

A avaliação externa das escolas estrutura-se segundo cinco domínios-chave: Resultados; Prestação do serviço educativo; Organização e gestão escolar; Liderança e Capacidade de auto-regulação e melhoria, sendo que cada domínio é constituído por vários factores específicos, num total de 19.

Ainda de acordo com informação recolhida no sítio da Inspeção-Geral da Educação, a avaliação de cada escola é realizada por uma equipa de dois inspectores da IGE e um elemento externo à mesma, normalmente docente e/ou investigador do ensino superior. A visita à escola é feita durante dois ou três dias, consoante se trate de uma escola não agrupada ou um agrupamento de escolas. Desta avaliação resulta um relatório estruturado segundo cinco capítulos: Introdução, Caracterização da Escola/Agrupamento, Conclusões da Avaliação por domínio, Avaliação por Factor e Considerações Finais, sendo que nas Considerações Finais, a IGE identifica pontos fortes e pontos fracos, bem como oportunidades e constrangimentos da escola. Este relatório será enviado à escola avaliada, dispondo esta de um prazo de 15 dias úteis para apresentar contraditório. Na apresentação de cada relatório, a IGE formula um voto e um convite à escola:

“Espera-se que o processo de avaliação externa fomente a auto-avaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para o(a) agrupamento/escola, constituindo este relatório um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e pontos fracos, bem como oportunidades e constrangimentos, a avaliação externa oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.” (IGE, s.d. d)

A informação contida nos relatórios produzidos pela IGE, permite conhecer o trabalho desenvolvido pelas escolas e agrupamentos em diferentes domínios, dando resposta ao objectivo político da prestação de contas e da criação de um instrumento que possa contribuir para a auto-regulação e melhoria das organizações escolares.

Metodologia

Como o nosso trabalho se desenvolveu no decorrer do ano lectivo 2009/2010, entendemos que faria todo o sentido produzir uma reflexão sobre o último conjunto de escolas avaliadas pela IGE. Assim reportámo-nos às escolas avaliadas no ano lectivo 2008/2009. Neste contexto, escolhemos como amostra todas as escolas do Alentejo, avaliadas nesse período, por constituírem a realidade do nosso meio envolvente enquanto professoras. Os dados recolhidos e aqui apresentados, resultaram de um levantamento dos relatórios elaborados pela IGE, aquando da sua visita às referidas escolas. Trabalhámos todos os dados a que tivemos acesso, compilando-os em gráficos e tabelas, para melhor comparar e perceber as diferenças e/ou semelhanças existentes entre as escolas/ agrupamentos. Simultaneamente efectuamos pesquisa bibliográfica, no sentido de encontrarmos suporte teórico para o trabalho que estávamos a desenvolver.

A nossa amostra é constituída por 21 unidades de gestão inseridas em concelhos com IDS entre 1 e 4, cuja distribuição se encontra na tabela 1

Tabela 1: Tabela comparativa das escolas e agrupamentos de escolas avaliados por IDS

	IDS 1	IDS 2	IDS 3	IDS 4
Escolas não agrupadas	0	4	3	2
Agrupamentos de escolas	4	7	1	0

Como se constata, a maioria das escolas do nosso estudo estão inseridas em concelhos com IDS 2 e 3, existindo apenas quatro agrupamentos de escolas localizados em concelhos com IDS 1 e duas escolas não agrupadas situadas num concelho com IDS 4.

Resultados

Os resultados apresentados referem-se às classificações obtidas, por domínio, ao número de asserções referentes a pontos forte e a pontos fracos e às asserções correspondentes a oportunidades de melhoria e a constrangimentos. Também apresentamos uma análise comparativa dos resultados obtidos pelas escolas e agrupamentos, sob a alçada da Direcção Regional de Educação do Alentejo, com os resultados alcançados a nível nacional.

No gráfico seguinte encontram-se as classificações por domínio para todas as unidades de gestão do Alentejo avaliadas no ano lectivo de 2008-09.

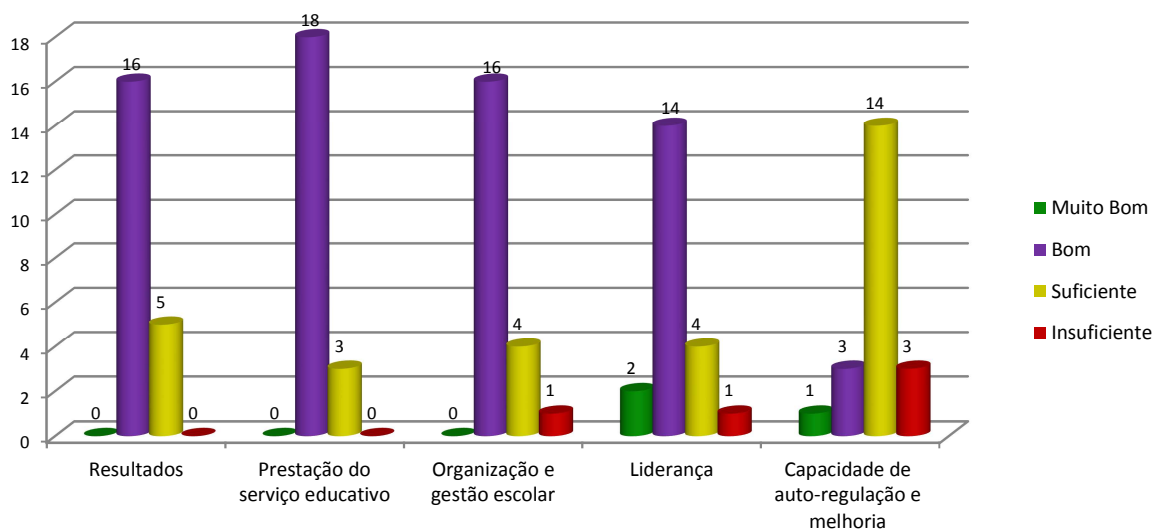


Gráfico 1 – Classificações dos domínios

Podemos constatar através da análise do gráfico, uma predominância dos níveis positivos nos cinco domínios. O domínio Prestação do serviço educativo foi o que registou melhores resultados, 18 das escolas/agrupamentos obtiveram classificação de Bom. Nos domínios Resultados e Organização e gestão escolar, observam-se 16 escolas/agrupamentos com a classificação de Bom. No domínio Liderança, o número de unidades de gestão com Bom é menor (14), mas apresenta duas com classificações de Muito Bom. No domínio Capacidade

de auto-regulação e melhoria, predomina a classificação de Suficiente e observa-se, ainda, igual número de unidades de gestão com Muito Bom e Insuficiente

No gráfico 2 apresentamos a percentagem de asserções correspondentes a pontos fortes e a pontos fracos, referidos nos relatórios, para estas escolas e agrupamentos.

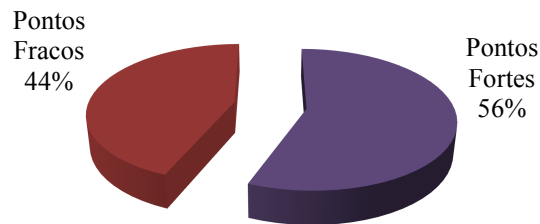


Gráfico 2 – Frequência de pontos fortes e fracos

Na globalidade das escolas e agrupamentos de escolas avaliadas são focados mais pontos fortes do que pontos fracos, todavia essa diferença não é expressiva.

Observando o gráfico 3, referente aos pontos fortes e fracos por domínio, verificamos que nos domínios Resultados e Liderança, há uma predominância de pontos fortes e nos restantes domínios predominam os pontos fracos. Salientamos que o domínio Liderança é aquele em que essa diferença é mais significativa. Destacamos ainda o facto do Domínio Capacidade de auto-regulação e melhoria ser aquele em que o número de pontos fortes e fracos apresentados nos relatórios é menor. O Domínio Prestação do serviço educativo apresenta o maior número de pontos fracos.

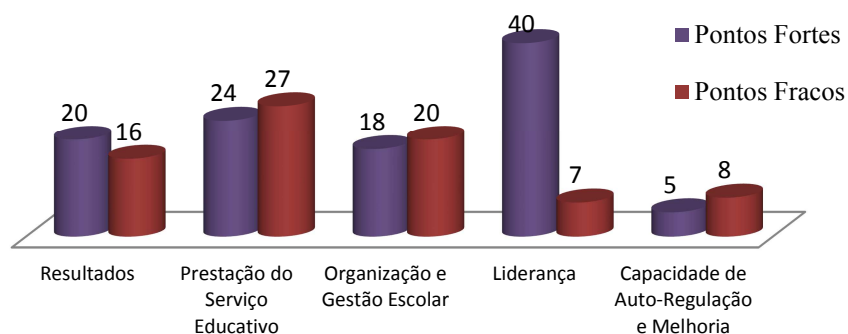


Gráfico 3 – Frequência de pontos fortes e fracos por Domínio

Fazendo uma análise do gráfico 4, das frequências dos pontos fortes e dos pontos fracos nos cinco domínios e nos dezanove factores, constatamos que os factores Motivação e empenho e Parcerias, protocolos e projectos, pertencentes ao domínio Liderança, apresentam um maior número de pontos fortes, 15 e 12, respectivamente. Por outro lado, os factores Articulação e sequencialidade e Resultados académicos, pertencentes, respectivamente, aos domínios Prestação do serviço educativo e Resultados, exibem um maior número de pontos fracos, 18 e 10, respectivamente.

Os factores Diferenciação e apoios, Equidade e justiça, e Sustentabilidade e progresso apresentam apenas pontos fortes. Por oposição, no que respeita aos pontos fracos, destacamos os factores Participação e desenvolvimento cívico e Participação dos pais e outros elementos. Referenciamos ainda os factores Participação e desenvolvimento cívico e Sustentabilidade e progresso como apresentando um número reduzido de frequência (2).

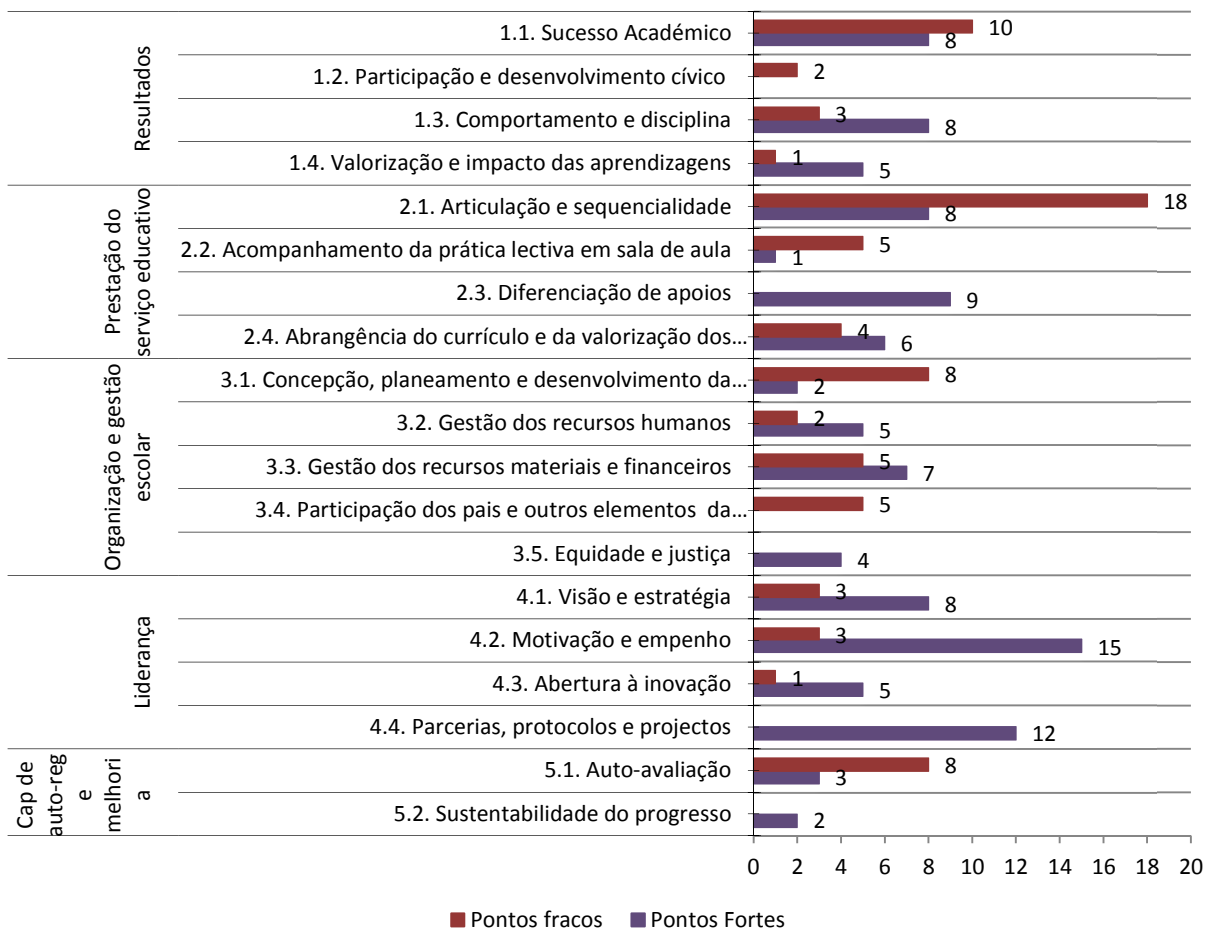


Gráfico 4 – Frequência dos pontos fortes e dos pontos fracos por Domínio

No conjunto de escolas e agrupamentos de escolas da região Alentejo avaliados, no ano lectivo 2008/2009, os relatórios referem uma maior percentagem de constrangimentos em comparação com as oportunidades, como se explicita no gráfico 5.

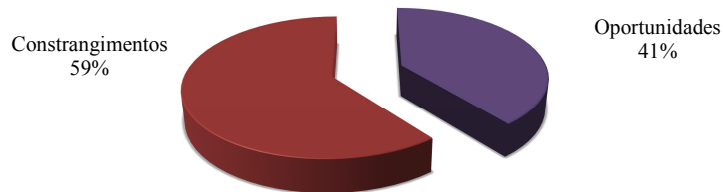


Gráfico 5 - Distribuição de oportunidades e constrangimentos

No gráfico 6, podemos observar a frequência de oportunidades no global das escolas avaliadas, constatando-se que o desenvolvimento de Projectos, programas e parcerias e a Oferta educativa constituem as oportunidades de melhoria mais referenciadas nos relatórios, 12 e 10 asserções, respectivamente.

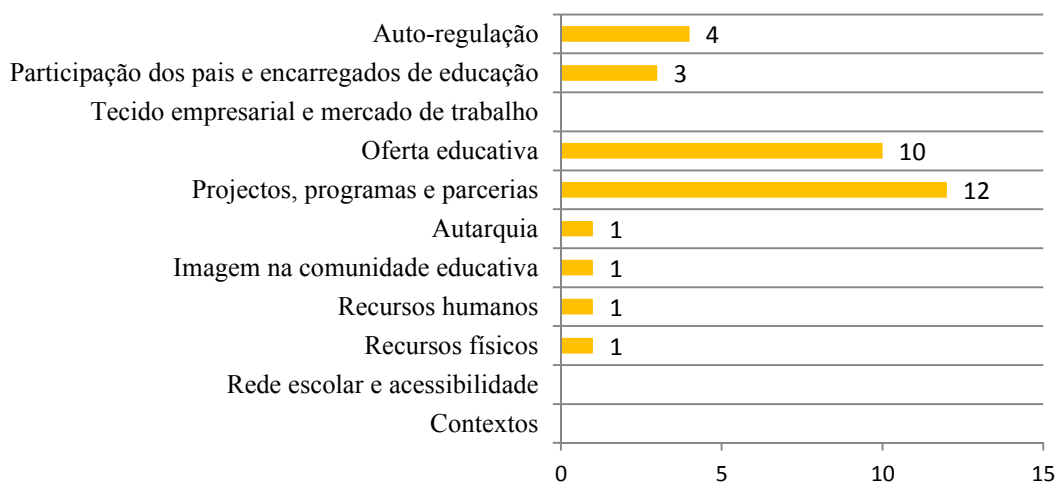


Gráfico 6 – Frequência de Oportunidades

No gráfico seguinte apresentamos as asserções relativas a constrangimentos identificados nas escolas e agrupamentos avaliadas. Verifica-se que, na maior parte das unidades de gestão, os recursos humanos e físicos constituem um constrangimento ao cumprimento dos objectivos, como se observa no gráfico 7. De notar também a expressiva falta de Participação dos pais e encarregados de educação.

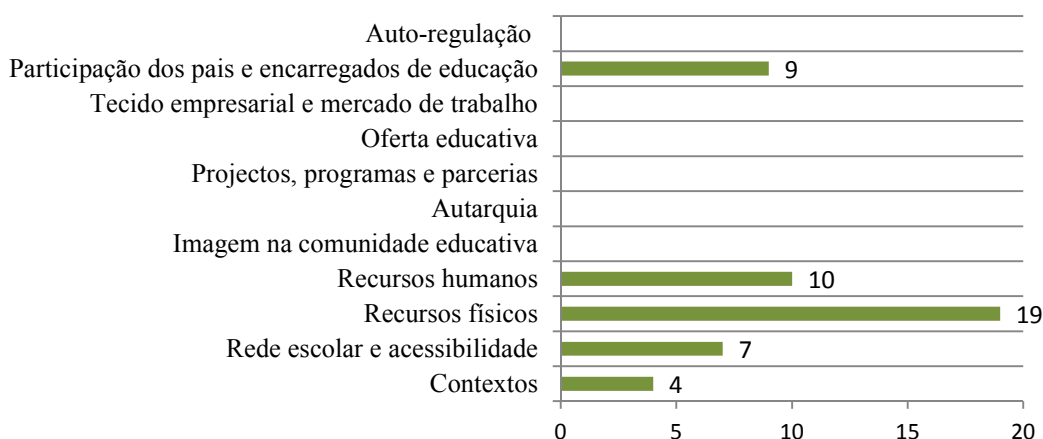


Gráfico 7 - Frequência de constrangimentos

Para percebermos se existe relação entre os resultados obtidos pelas unidades de gestão e o índice de desenvolvimento social do concelho a que pertencem construímos a seguinte tabela

Tabela 2: Tabela comparativa da média de classificação por domínios e o valor de IDS

Escolas não agrupadas e Agrupamentos de escolas	Classificação por domínios					Média classif	IDS
	Result	Prest. Serviços	Org	Lid	Auto-reg		
UG 1	3	3	3	3	2	2,8	1
UG 2	4	4	4	4	4	4	1
UG 3	3	3	3	3	2	2,8	1
UG 4	3	3	2	2	1	2,2	1
UG 5	3	3	3	3	2	2,8	2
UG 6	2	3	3	3	4	3	2
UG 7	3	3	3	3	2	2,8	2
UG 8	2	2	2	2	1	1,8	2
UG 9	3	3	3	4	2	3	2
UG 10	3	3	3	3	2	2,8	2
UG 11	2	3	3	2	2	2,4	2
UG 12	3	3	3	3	2	2,8	2
UG 13	3	3	3	3	2	2,8	2
UG 14	3	3	2	2	2	2,4	2
UG 15	2	2	1	1	1	1,4	2
UG 16	3	3	3	3	2	2,8	3
UG 17	3	3	3	3	3	3	3
UG 18	3	3	3	3	2	2,8	3
UG 19	3	2	2	3	2	2,4	3
UG 20	2	3	3	3	3	2,8	4
UG 21	3	3	3	4	2	3	4

Da análise efectuada a esta tabela verificamos que 71% das unidades de gestão (15 das 21) apresentam uma média de classificação por domínios superior a 2,5. Constatamos também que 71% se inserem em concelhos com IDS 1 e 2 e apenas 29% das unidades de gestão pertencem a concelhos com IDS 3 e 4. Contudo, não nos foi possível encontrar relação entre os resultados obtidos pelas unidades de gestão nos relatórios da avaliação externa e o índice de desenvolvimento social do concelho a que pertencem.

De seguida procedemos à comparação dos resultados obtidos pelas escolas e agrupamentos, sob a alçada da Direcção Regional de Educação do Alentejo, com os resultados alcançados a nível nacional.

No gráfico 8, estão representados os resultados das classificações obtidas por domínio, expressos em percentagem.

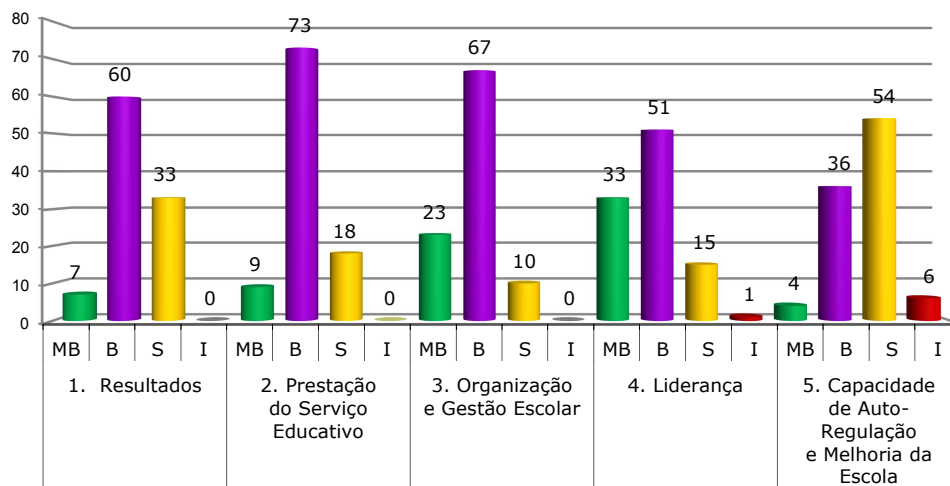


Gráfico 8 – Classificações por domínio (%) (nível nacional)

Desta forma, comparando o gráfico 1 com o gráfico 8, na apreciação por domínio, verificamos que ambos os resultados, a nível regional e nacional, são de um modo geral idênticos, sendo o domínio com maior percentagem de classificação de Bom a Prestação do serviço educativo e o domínio com classificações mais baixas, a Capacidade de auto-regulação e melhoria. No gráfico seguinte estão apresentados os resultados para as frequências dos pontos fortes e dos pontos fracos

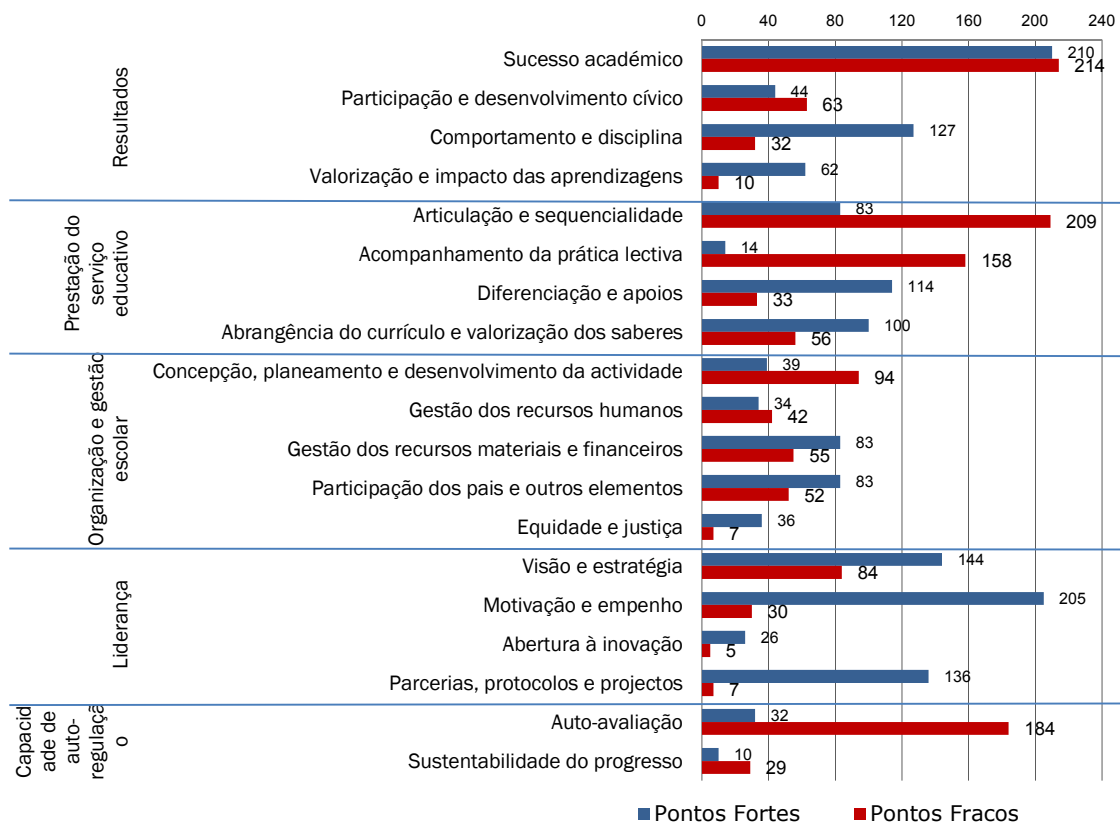


Gráfico 9 – Frequência dos pontos fortes e dos pontos fracos (nível nacional)

Como podemos verificar e no que diz respeito aos pontos fortes e fracos, há uma prevalência dos pontos fortes sobre os fracos, resultado também verificado a nível regional. Quando comparamos os gráficos 4 e 9, da frequência dos pontos fortes e fracos por domínio, os resultados, também são idênticos aos apurados quer ao nível do Alentejo quer ao nível da totalidade das outras unidades de gestão avaliadas, tendo a Liderança uma maior frequência de pontos fortes e a Prestação do serviço educativo maior frequência de pontos fracos.

Comparando o gráfico 4 - gráfico das frequências de pontos fortes e fracos por domínio - com o gráfico 9, verifica-se igual tendência aos resultados nacionais. Destacam-se o factor Motivação e empenho, nos pontos fortes e os factores Articulação e sequencialidade e a Auto-avaliação, nos pontos fracos, como sendo aqueles que apresentam maior frequência.

O gráfico 10 representa a frequência das oportunidades, referidas nos relatórios, a nível nacional e o gráfico 11 ilustra a frequência dos constrangimentos, referidos a nível nacional

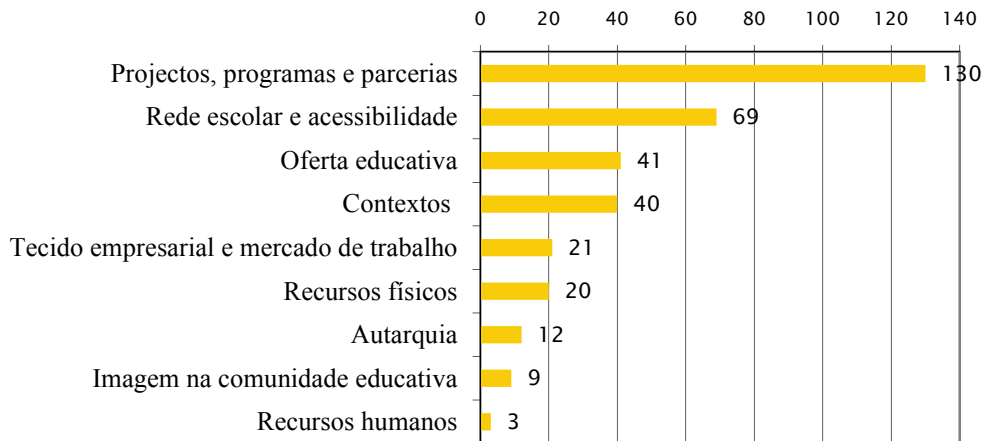


Gráfico 10 – Frequência das oportunidades (nível nacional)

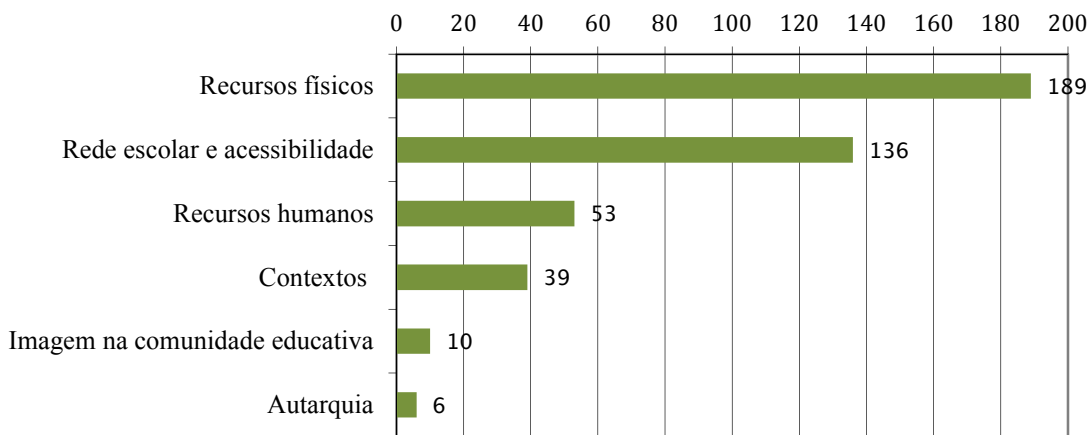


Gráfico 11 – Frequência dos constrangimentos (nível nacional)

Da análise efectuada aos gráficos 5, 10 e 11, relativos às oportunidades e constrangimentos, verificamos que os constrangimentos se destacam em detrimento das oportunidades, quer a nível regional, quer a nível nacional.

Da análise dos gráficos 6 e 10, frequências das oportunidades, verificamos que foram referenciadas, com uma maior predominância, nos relatórios das escolas da região Alentejo, o que diz respeito aos projectos, tal como acontece a nível nacional, mas o segundo parâmetro com maior frequência nas escolas da região Alentejo é a oferta educativa, enquanto a nível nacional é a rede escolar. Como constrangimentos foram feitas maiores referências aos recursos físicos em ambos os casos, e em segundo lugar aos recursos humanos, nas escolas do

Alentejo e a rede escolar e acessibilidades a nível nacional, como se pode observar nos gráficos 7 e 11.

Em suma, e como conclusão da comparação feita entre os resultados obtidos pelas escolas do Alentejo e as escolas a nível nacional, verificamos que as escolas Alentejo avaliadas no ano lectivo 2008/2009 não apresentam grandes discrepâncias relativamente à realidade nacional.

Discussão/Conclusões

Do estudo realizado, verificámos que a maioria das unidades de gestão apresenta uma média de classificação por domínios superior a 2,5, havendo uma unidade de gestão que se destaca pela positiva (com média de 4) e outra que sobressai pela negativa (tendo uma média de 1,4).

No conjunto dos cinco domínios avaliados, o domínio Prestação do serviço educativo foi o que, no cômputo geral, registou melhores resultados. Efectivamente das 21 escolas/agrupamentos avaliados, 18 obtiveram classificação de Bom.

No que concerne às asserções relativas a constrangimentos identificados nas escolas e agrupamentos avaliadas, verifica-se que, na maior parte das unidades de gestão, os recursos humanos e físicos constituem um constrangimento ao cumprimento dos objectivos, sendo de destacar também a expressiva falta de Participação dos pais e encarregados de educação.

Relativamente ao IDS, não encontramos relação entre os resultados obtidos pelas unidades de gestão e o índice de desenvolvimento social do concelho a que as mesmas pertencem.

Ao compararmos os resultados obtidos pelas escolas e agrupamentos do Alentejo, com os resultados alcançados a nível nacional, no mesmo período, constatamos que não há diferenças significativas. Na verdade os resultados obtidos pelo conjunto de escolas e agrupamentos a que se reporta este trabalho, não apresentam grandes diferenças em relação ao panorama nacional.

Referências Bibliográficas

Azevedo, J. (Coord.). *Avaliação de escolas. Programa AVES*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.

Clímaco, M. C. (2005). *Avaliação de sistemas em educação*. Lisboa: Universidade Aberta.

Índice de Desenvolvimento Social Concelhos de Portugal continental. Acedido em 6 de Março, em http://www.ige.min-edu.pt/site_actividadev2/documentos/mapa.pdf

- IGE. (1999). *1.ª Conferência Nacional da Inspeção-Geral da Educação*. Lisboa: ME.
- Inspeção-Geral da Educação (a). Avaliação externa das escolas – Relatório 2008/2009. Acedido em 20 de Fevereiro de 2010, em http://www.ige.min-edu.pt/upload/Relatorios/AEE_2009_Final.pdf
- Inspeção-Geral da Educação (b), Eficácia da Auto-avaliação das Escolas, Exploração dos principais pontos relacionados com o papel e as funções de inspeção. Acedido em 25 de Fevereiro de 2010, em: <http://www.ige.min-edu.pt/>
- Inspeção-Geral da Educação (c), Aferição da Efectividade da Auto-Avaliação das Escolas. Relatório Nacional 2004-2006. Acedido em 18 de Março de 2010, em: <http://www.ige.min-edu.pt/>
- Inspeção-Geral da Educação (d), Avaliação Externa das Escolas – Referentes e instrumentos de trabalho. Acedido em 18 de Março de 2010, em: <http://www.ige.min-edu.pt/>
- Leandro, Ema. (2002). Guião para Auto-Avaliação de Desempenho. Ina.
- Nóvoa, A. (1992a). Para uma análise das Instituições Escolares. In A. Nóvoa (Cord). *As Organizações Escolares em Análise*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.